



# **Perceção de conflito familiar e crenças sobre a violência em jovens estudantes do ensino superior**

**Antonieta Rodrigues Vidal Ferreira**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Psicologia Clínica e da Saúde**  
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Marta Pereira Alves

**junho de 2021**



## Dedicatória

Ao futuro.



## Agradecimentos

A concretização desta etapa não seria possível sem o carinho e a ajuda de tanta gente que em mim guardo.

Primeiramente gostaria de agradecer a todos os professores que me demonstraram o valor da Psicologia e a beleza de percorrer este caminho que por vezes não parece ter fim.

À Professora Doutora Marta Pereira Alves por toda a paciência e ajuda.

Aos meus pais, pois sem eles não estaria onde estou hoje.

Aos meus amigos, com especial atenção à Catarina, ao Leonardo e à Sofia, que partilharam comigo o desespero, as lágrimas e os risos.

Ao I, e a todos os I's, pelo seu incontável conhecimento.

A todos os que roubaram um pouco de si para me ajudar quando mais precisava.

A mim, pela perseverança e por não desistir de mim mesma.

E, sem poder deixar de ser, a todos os que participaram neste projeto, docentes, colegas e participantes. Nada disto seria possível sem eles.



## **Resumo**

O número crescente de casos de violência no namoro justifica o interesse e a relevância do estudo da problemática, em particular dos potenciais fatores antecedentes. O presente estudo tem como principal objetivo compreender de que modo a percepção que os jovens universitários fazem do conflito interparental prediz a formação de crenças que legitimam a violência nas relações amorosas. No estudo, participaram 398 jovens estudantes de três instituições de ensino superior do Centro do país, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos ( $M=20.39$ ,  $DP=1.85$ ), 59% dos quais mulheres e 41% homens. Na recolha de dados, foi administrado aos participantes um questionário sociodemográfico, a Escala da Percepção de Conflito Interparental e a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal. Os resultados apontam para uma maior prevalência da crença de legitimação da violência por causas externas e comprovam que a percepção do conflito interparental tem valor preditivo sobre o desenvolvimento de crenças sobre a violência conjugal.

## **Palavras-chave**

Namoro;violência;conflito interparental;crenças;estudantes universitários.





## **Abstract**

The number of cases of intimate partner violence has been increasing, augmenting the need to research this issue, in particular its precedence. The main objective of this study is to understand how university students' appraisal of interparental conflict can predict beliefs favorable to the use of violence in intimate partner violence. This study was composed by 398 university students between the ages of 18 and 25 ( $M=20.39$ ,  $DP=1.85$ ), from three institutions from the center of the country, 59% of which are women and 41% men. To obtain the information needed the participants answered a sociodemographic questionnaire, the Children's Perception of Interparental Conflict Scale and the Escala de Crenças sobre Violência Conjugal. The results show that the most prevalent belief is the belief that violence can be justified due to external causes and that the appraisal of interparental conflict can predict the development of beliefs about intimate partner violence.

## **Keywords**

Dating; violence; interparental conflict; beliefs; university students.



# Índice

Introdução .....	1
Capítulo I – Revisão da Literatura .....	3
1.1- Violência familiar.....	3
1.1.1- Definição e caracterização .....	3
1.1.2- Teorias explicativas .....	5
1.1.3- Perceção do conflito interparental .....	7
1.2- Crenças sobre violência nos jovens .....	8
1.2.1 – Crenças sobre a violência.....	8
1.2.2 - Crenças dos jovens face à violência conjugal .....	10
1.3- Perceção do conflito interparental e crenças sobre a violência .....	11
Capítulo II – Estudo Empírico .....	13
2.1 – Apresentação do Estudo.....	13
2.2 – Método.....	13
2.2.1 – Participantes.....	13
2.2.2 – Instrumentos.....	14
2.2.3 – Procedimentos de recolha de dados .....	17
2.3 – Resultados .....	17
2.3.1 – Caracterização das crenças sobre violência nos jovens universitários.....	17
2.3.2 – Prevalência das crenças sobre a violência em função do sexo.....	18
2.3.3 – Relação entre a perceção do conflito interparental e crenças sobre a violência .....	18
Capítulo III - Discussão .....	24
Capítulo IV – Contributos e Limitações .....	28
4.1 – Limitações e sugestões para futuras investigações .....	28
4.2 – Implicações e conclusões.....	28
Referências Bibliográficas .....	30
Anexos .....	37



## **Lista de Anexos**

Anexo 1 – Análise da consistência interna



## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Caracterização dos participantes

Tabela 2 – Consistência interna da Escala da Percepção do Conflito Interparental

Tabela 3 – Consistência interna da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal

Tabela 4 – Prevalência de crenças nos jovens universitários

Tabela 5 – Teste-t em função do sexo

Tabela 6 – Matriz de Correlações de Pearson entre a ECVC e a CPIC (N = 398)

Tabela 7 – Regressão Múltipla Hierárquica: Percepção como preditor da Legitimação e banalização da pequena violência

Tabela 8 – Regressão Múltipla Hierárquica: Percepção como preditor da Legitimação da violência pela conduta da mulher

Tabela 9 – Regressão Múltipla Hierárquica: Percepção como preditor da Legitimação da violência por causas externas

Tabela 10 – Regressão Múltipla Hierárquica: Percepção como preditor da Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar





## Lista de Acrónimos

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
CPIC	Escala de Perceção de Conflito Interparental
DGS	Direção Geral da Saúde
ECVC	Escala de Crenças sobre Violência Conjugal
OMS	Organização Mundial da Saúde



## **Introdução**

A violência familiar tem vindo a ser discutida ao longo de vários anos, não só em Portugal, como em todo o mundo. No entanto, esta discussão tem dado luz à realidade e ao que se esconde por entre as quatro paredes de cada casa. Observa-se hoje um número preocupante de casos de violência doméstica. Sendo a família o primeiro contacto que a criança tem com o mundo e sendo os pais as figuras primordiais a partir das quais os filhos aprendem as normas sociais, expectativas e papéis de género e, ainda, as regras de interação entre pares, é de relevo compreender de que modo a exposição ao conflito interparental pode vir a influenciar o desenvolvimento futuro das crianças e jovens. A frequência e duração com que o conflito interparental surge, os comportamentos e atitudes envolvidos nele ou a forma como este é resolvido podem ser percecionados de forma diferente por cada elemento que é exposto e observa o conflito. Assim, o conflito interparental analisado ao longo do presente estudo consistirá no conflito percecionado pelos filhos em diferentes dimensões.

A perceção do conflito pode levar à perpetração de violência e/ou vitimização no contexto das relações de intimidade (Gover et al., 2008). Para além desta, também as crenças de banalização e justificação da violência em relações de intimidade surgem associadas positivamente à perpetração e/ou vitimização da violência em relações de namoro (Machado, 2010). Mais especificamente, a aceitação da violência conjugal pode estar associada a diferentes dimensões, designadamente a banalização da pequena violência, a justificação com base na conduta da mulher e em causas externas e ainda a necessidade de preservação da privacidade familiar (Machado et al., 2010). Deste modo, e havendo conhecimento de que a aprendizagem que se faz no meio familiar pode influenciar a formação e reforço de crenças e atitudes, entre elas as que contribuem para a aceitação e banalização da violência em relações de intimidade (Han et al., 2017), o presente estudo pretende focar a sua atenção no estudo da possível relação entre a perceção do conflito interparental e as crenças sobre a violência conjugal junto dos jovens estudantes universitários portugueses.

O estudo está dividido em quatro capítulos, cada um deles constituído por diferentes subsecções. O primeiro capítulo aborda a revisão da literatura sobre a violência conjugal, a perceção do conflito interparental, as crenças sobre violência nos jovens e a relação entre essa perceção e as crenças sobre violência. O segundo capítulo diz respeito ao estudo empírico, no qual se apresenta o plano de estudo, o método, os participantes, os instrumentos, os procedimentos de recolha dos dados e ainda a os resultados do estudo. O terceiro capítulo, por sua vez, refere-se à discussão dos

**Percepção de conflito familiar e crenças sobre a violência em jovens estudantes do ensino superior**

resultados obtidos à luz da literatura existente. Por fim, o quarto capítulo remete para as limitações e possibilidades de investigação futura.

## Capítulo I – Revisão da Literatura

### 1.1- Violência familiar

#### 1.1.1- Definição e caracterização

“Na História da Humanidade, a violência sempre tem acompanhado o pensamento e os comportamentos humanos, não deixando de ser encarada de forma diversa nas diferentes civilizações. Contudo, no mundo de hoje, não é plausível considerar a violência como sendo parte inevitável da condição humana.” (Direção Geral da Saúde [DGS], 2016, p. 23). Sendo a violência uma temática complexa, é então primeiramente importante compreender o que significa realmente e como esta é perpetrada.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) define violência como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (p. 5) e pode ser compreendida como tendo natureza física, psicológica, sexual, de privação ou negligência.

A violência física pode ocorrer através da ameaça, força ou restrição e tem como objetivo a ofensa à integridade física da vítima (Rodríguez & Córdova, 2009). A violência psicológica, por outro lado, é perpetrada através da comunicação e tem como objetivo causar dano, humilhar, rebaixar ou persuadir de modo a controlar ou manipular (Dim & Elabor-Idemudia, 2018). Por fim, a violência sexual envolve, tal como na física, o recurso à ameaça ou força ou ainda à persuasão e incapacidade para consentimento ou abuso de poder de modo a obter satisfação sexual contra a vontade do outro (Paiva & Figueiredo, 2003).

Ainda, de acordo com a OMS (2002), para além destas vertentes, a violência pode ainda ser autoinfligida, interpessoal ou coletiva. A violência autoinfligida entende qualquer ato em que o indivíduo aja como agressor e vítima ao mesmo tempo (e.g., automutilação, suicídio). A violência interpessoal ocorre de um indivíduo, ou um pequeno grupo de indivíduos, contra outrem e pode dividir-se em violência familiar ou por parceiro íntimo e violência comunitária. A principal diferença é que a primeira ocorre entre membros de uma família (e.g., violência conjugal, abuso infantil e de idosos) e a segunda compreende atos aleatórios entre membros que não têm laços familiares (e.g., violência da juventude, agressão sexual por desconhecidos). Por último,

a violência coletiva ocorre entre maiores grupos, como partidos políticos, por exemplo, e divide-se em violência social, política e económica.

Apesar da variedade de facetas da violência, este trabalho terá foco na violência familiar, cuja prevalência é muito significativa em Portugal e cuja importância não deve ser minimizada, mas sim enfrentada e compreendida com clareza. Relativamente aos dados estatísticos referentes a este tipo de violência, segundo os registos feitos pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) entre 2013 e 2018, houve um total de 4092 pedidos de apoio por vítimas de violência doméstica. Dentro destes, 3329 (81,35%) das vítimas eram do sexo feminino e 734 (17,94%) do masculino. Ainda relativamente a estes registos, 30% dos agressores eram mulheres, enquanto que 68,85% eram homens (APAV, 2019). Estes valores são preocupantes, não só pelo número elevado de casos, mas também pela discrepância que se observa entre ambos os sexos. Por tudo isto, é importante a compreensão mais profunda e detalhada da violência conjugal que, tendo em conta a hipótese de *spillover*, transmite os seus conflitos entre os vários subsistemas familiares. Isto é, o conflito no subsistema conjugal influencia o parental que, conseqüentemente, influencia o conflito com os filhos que, por sua vez, tem também influência sobre o subsistema conjugal, criando-se um ciclo vicioso (Gerard et al., 2006).

Sucintamente, a violência conjugal é perpetrada contra o/a parceiro/a e tem como objetivo principal o controlo sobre o outro, podendo esse controlo ser obtido através da agressão física, psicológica, sexual ou pelo controlo económico da vítima (Sani, 2003). Segundo Boas et al. (2010), o conflito conjugal pode depender de diferentes fatores, como o tempo que o casal passa em conjunto, diferenças de género, características pessoais de cada membro (e.g., temperamento, história de vida, presença de psicopatologias), presença e educação dos filhos, divisão de responsabilidades, questões financeiras, sexo e infidelidade. É deste conflito que pode despoletar a violência conjugal, mas nem todo o conflito conjugal dá origem a violência. Especificamente, o uso de padrões de resolução de conflitos destrutivos leva à confrontação, de onde surge a violência, sendo a agressão verbal a mais referida por casais (McCoy et al., 2009; Mosmann & Falcke, 2011), perpetrada através de insultos, difamações, humilhação, gritos e ameaças (Machado et al., 2010; Perry & Fromuth, 2005). Tanto a violência verbal como a física tornam-se numa constante no relacionamento do casal, fazendo com que muitos dos casais não reconheçam os episódios diários de violência como tal, dificultando a sua denúncia e atrasando a procura de auxílio (Mosmann & Falcke, 2011).

Quer a vítima quer o agressor passam por três fases distintas no seu relacionamento, compreendidas como parte do ciclo da violência. Estas três fases são,

de acordo com Lemos (2008, cit. in Machado, 2010), a acumulação de tensão, o ataque violento e a lua de mel ou apaziguamento. Durante a fase da acumulação de tensão, a vítima sente-se em perigo iminente, uma vez que o/a agressor(a) começa a proferir ameaças. Após esta fase, dá-se então o ataque violento, onde ocorre a agressão sobre a vítima. Por fim, na fase de lua de mel, o/a agressor(a) desculpabiliza o seu comportamento, fornecendo conforto à vítima e garantindo-lhe que não voltará a maltratá-la.

De acordo com Perry e Fromuth (2005), quando cada membro do casal é avaliado, existem diferenças entre o que cada um reporta sobre a perpetração e vitimização de violência. Esta diferença pode existir, em parte, porque existe discrepância na percepção que cada indivíduo tem sobre o que de facto constitui violência e o que não compreende um ato abusivo. No entanto, segundo Harned (2001, cit in. Gover et al., 2008), a razão pela qual uma parte muito considerável das mulheres indica praticar violência nas suas relações de intimidade é a autodefesa.

### **1.1.2- Teorias explicativas**

Tal como acontece com todo o comportamento humano, os atos violentos foram alvo de vários trabalhos de reflexão por parte de estudiosos, levando à criação de algumas teorias que tentaram contribuir para esclarecer a origem e o desenvolvimento da violência interpessoal. Algumas dessas teorias são apresentadas de seguida.

#### **i- Teoria da Aprendizagem Social**

A teoria da aprendizagem social, ou teoria sociocognitiva, de Bandura considera que a criança cria um guia de comportamento social através da observação, uma vez que é através da observação das figuras primordiais que o ser humano aprende quais são as normas e expectativas sociais (Bandura, 1983, cit. in Anderson & Bushman, 2002). A criança, ao observar uma das figuras parentais a recorrer ao uso da violência para resolver determinada situação ou problema, pode aprender que a violência é uma estratégia de resolução de conflitos eficaz. Esta aprendizagem leva a que a criança, tanto em idade mais tenra como enquanto adulto, possa recorrer à violência, uma vez que crê poder ser bem-sucedida nos seus objetivos (Bandura, 1997b, cit. in Lennings & Bussey, 2017).

Com base na teoria da aprendizagem social, surge então o conceito de transmissão intergeracional da violência que apoia a ideia de que uma criança exposta a violência no seio familiar estará mais propensa a desenvolver comportamentos violentos no futuro ou a tornar-se vítima de violência (Dennison et al., 2014; Gover et

al., 2008), tendo o efeito da intergeracionalidade, deste modo, uma influência negativa tanto sobre os homens, como sobre as mulheres (Whitton et al., 2008). A exposição a conflitos na família de origem é, então, um preditor relevante para o ajustamento marital futuro (Whitton et al., 2008), uma vez que a própria satisfação marital está associada às características da família de origem (Dennison et al., 2014).

## **ii- Teorias Feministas**

A aceitação e tolerância da violência interpessoal na sociedade coloca-nos a todos em perigo, fortalecendo e propiciando a violência contra as mulheres (Heise, 1998, cit. in Martinez & Khalil, 2017).

Ao longo do estudo do comportamento humano, o sexo masculino tem sido consistentemente valorizado e visto como a norma, levando à opressão das mulheres e criando, conseqüentemente, uma discrepância entre as pessoas de ambos os sexos (Neves & Nogueira, 2004). De facto, do homem é esperado que surjam comportamentos e atitudes de dominância, poder e assertividade (Eagly et al., 2000), enquanto que das mulheres é esperado que sejam mais carinhosas e cuidadoras (Sales-Oliveira et al., 2016). Estas diferenças são reforçadas desde o início da socialização das crianças, uma vez que para os rapazes o uso da violência é vista como imprescindível na construção social do “ser-se homem”, sendo esperado e aceite que estes sejam mais agressivos nas brincadeiras e no desporto (Ventura et al., 2013). Ademais, tal como esperado, a própria exposição à violência familiar contribui para a construção da identidade de género, para a percepção de poder entre os géneros e ainda para a maior aceitação da hostilidade quando perpetrada pelo homem, fatores estes que predizem a violência marital (Leonard & Senchak, 1996, cit. in Delsol & Margolin, 2004).

Assim, através desta perspetiva feminista, é possível avaliar o poder dos estereótipos construídos socialmente e a forma como estes são assimilados na relação heterossexual, elevando o risco e a prevalência da violência doméstica.

## **iii- Teoria da vinculação**

A teoria de vinculação com as figuras primordiais pretende fundamentar a ideia de que a relação criada entre a criança e os seus principais cuidadores molda a forma como a criança se observa a si própria e ao mundo e, conseqüentemente, tem impacto na forma como esta irá relacionar-se com os outros ao longo do seu ciclo vital (Bowlby 1979, cit. in Crittenden et al., 1991). Esta relação tem, então, um importante papel no desenvolvimento de relações futuras de intimidade (Nascimento, 2009).

Segundo um estudo realizado por Lin et al. (2020), indivíduos com uma vinculação segura às figuras primordiais têm um sentimento de valor próprio mais



elevado, perspetivam os outros de modo mais positivo e têm maior conforto e confidencialidade na intimidade para com os outros. Por outro lado, quando está presente na relação parental um conflito não resolvido, este pode levar a criança a desenvolver um estilo de vinculação inseguro com as figuras parentais, influenciando de forma negativa as restantes relações criadas ao longo do ciclo de vida do indivíduo (Mota & Martins, 2018). As crianças com um estilo de vinculação inseguro têm uma perceção de si distorcida, vendo-se como não sendo dignas de amor, incapazes de lidar com adversidades e como sendo de fácil abandono. Assim, estas crianças anseiam pela validação dos outros, procurando neles conforto, o que dá origem a uma grande ansiedade face à possibilidade de rejeição e abandono, originando sentimentos de raiva e inveja (Figueiredo, 1998; Lin et al., 2020).

Em conclusão, de acordo com a informação recolhida por Boas et al. (2010), a vinculação insegura e altos níveis de hostilidade na relação pais-filhos estão associados ao conflito marital, o que pode ser explicado pelo facto de existir uma ligação entre a boa qualidade de vinculação com as figuras parentais e a adequada vinculação amorosa nos jovens (Mota & Martins, 2018).

### **1.1.3- Perceção do conflito interparental**

No conflito conjugal não existe apenas vítima e agressor. Por vezes, mesmo num contexto de violência, a relação conjugal desenvolve-se e do casal cria-se uma família. O nascimento de uma criança traz um novo elemento ao conflito e surge assim uma vítima secundária que, sendo exposta ao conflito parental, mesmo sem que seja ela vítima direta, vê comprometido o seu desenvolvimento psicossocial e o desenvolvimento de capacidades comunicacionais construtivas (Castilho, 2007; Whitton et al., 2008). No entanto, a influência que a exposição à violência por parte dos pais tem sobre os filhos está dependente da idiossincrasia de cada criança, pelo que cada criança apresenta diferentes consequências face à exposição à violência familiar (Sani, 2003; Soares & Sani, 2016).

De acordo com o modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham (1990), a criança exposta ao conflito interparental faz uma avaliação subjetiva desse mesmo conflito, de modo a compreender qual o nível de ameaça, qual a razão para a sua existência e qual a possível resposta que pode ter perante o conflito. Segundo este modelo, o impacto do conflito é ampliado quando a criança o percebe como uma ameaça para si própria ou para os pais. Esta perceção pode ser influenciada por fatores contextuais (e.g., frequência, intensidade, duração) e pessoais (e.g., idade, sexo, experiência passada) e pode levar a que os filhos internalizem culpa face ao conflito, ou que culpem os seus pais (Correia & Mota, 2017; Grych & Fincham, 1990). Os

sentimentos direcionados aos pais não se regem somente pela raiva, uma vez que quando a criança se vê obrigada a intervir no conflito parental cria uma dualidade no seu interior ao ver-se perante a escolha entre ter de ficar do lado do agressor ou do lado da vítima, o que coloca em causa a lealdade dos filhos para com os pais e os obriga a conciliar o amor que têm pelo progenitor agressor e a raiva que o conflito gera (Santos & Costa, 2004).

De modo geral, para os jovens, altos níveis de percepção de conflito parental estão associados a problemas cognitivos, sociais, relacionais e académicos, somatização, distorção do *self* (e.g., baixa autoestima, baixa autoconfiança), problemas de conduta antissocial (e.g., impulsividade, agressividade), sintomatologia depressiva e ansiosa (e.g., perturbações de sono, culpabilização, tristeza, preocupação) e abuso de substâncias (e.g., Benetti, 2006; Delsol & Margolin, 2004; Lin et al., 2020). Além disto, o conflito parental tem ainda ligação direta com comportamentos de internalização e externalização nas crianças (Xuan et al., 2018).

Não só a percepção do conflito parental tem influência sobre a própria perpetração e vitimização de violência em relações de intimidade, como leva também à banalização da violência, criando nos filhos uma crença de normalização e aceitação da violência, uma vez que estes passam a compreender a violência como um método apropriado de resolução de conflitos (Han et al., 2017; Lichter & McCloskey, 2004), podendo contribuir para a construção de crenças de validação da violência contra mulheres (Fakunmoju & Rasool, 2018; Mueller et al., 2013).

## **1.2- Crenças sobre violência nos jovens**

### **1.2.1 – Crenças sobre a violência**

Como já referido anteriormente, o ser humano desenvolve-se através da interação com o meio que o rodeia, nomeadamente com as figuras primordiais de afeto. Esta interação permite ao indivíduo desenvolver um conjunto de crenças, visto como sendo universal e estável, através do qual analisa as situações com que se defronta ao longo do seu ciclo vital, interpretando cada situação com base nas suas crenças centrais (Beck, 1994, cit in. Mendes, 2009). Embora estas crenças comecem a ser formadas muito antes da adolescência, é nesta fase que assumem particular relevância as crenças sociais, uma vez que esse período corresponde ao momento em que cada indivíduo tem maior liberdade de colocar em prática as suas expectativas de género, vendo-as ser reforçadas pela interação social, atendendo a que essas expectativas se encontram

enraizadas em conceitos tradicionais da cultura patriarcal, como o controlo masculino e a submissão feminina (Schwartz & Dekeseredy, 1997, cit. in Machado, 2010).

Um estudo que ilustra bem esta premissa é o estudo realizado por Fakunmoju e Rasool (2018) com 2462 adolescentes sul africanos e nigerianos, onde foi possível concluir que as crenças favoráveis à violência contra as mulheres eram mais fortes em indivíduos do sexo masculino, de nacionalidade nigeriana, mais velhos, que estavam num relacionamento e que tivessem sido exposto a violência familiar. Martinez e Khalil (2017) concluíram, através de um estudo realizado em cinco países ocidentais, com pessoas nativas, imigrantes e imigrantes de segunda geração, que a cultura tinha um grande impacto sobre o desenvolvimento de crenças face à violência contra mulheres. No seu estudo, observaram que as crenças de justificação da violência contra mulheres estavam mais presentes na população imigrante, que, mesmo quando exposta a novas crenças ao ingressarem na cultura de um novo país, continuavam resistentes aos valores que diferiam dos seus e mantinham as crenças desenvolvidas através das interações no contexto da sua cultura de origem. O próprio facto de a segunda geração de imigrantes reportar valores de aceitação da violência contra as mulheres mais baixos do que os de primeira geração, e idênticos aos participantes nativos, reforça a ideia de que a cultura em que se cresce tem grande impacto sobre o desenvolvimento de crenças face à violência.

De acordo com Machado et al. (2007), no que toca à violência em relações de intimidade, pode ser observada a existência de crenças que se enquadram em quatro categorias distintas: Legitimação e banalização da pequena violência; Legitimação da violência pela conduta da mulher; Legitimação da violência por causas externas; Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar. A legitimação e banalização da pequena violência consiste na percepção de agressões como bofetadas ou insultos como algo normal nas relações de intimidade. Por sua vez, a legitimação da violência pela conduta da mulher refere-se à justificação da violência tendo em conta determinado comportamento da mulher que possa requerer castigo ou correção. A legitimação da violência por causas externas ocorre pela justificação do uso da violência através de fatores não controláveis pelo agressor, como por exemplo, o abuso do álcool. Por fim, a legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar consiste na crença de que os problemas familiares devem ser mantidos dentro da mesma e, como tal, devem ser resolvidos dentro do seio familiar e sem interferência de elementos externos à relação. Por fim, o estudo realizado por Neves e Almeida (2019), com 2029 adultos portugueses, permite-nos concluir que, em Portugal, a crença que mais surge para a justificação do recurso à violência é a de que esta é aceitável tendo em conta a

conduta da mulher surgindo aqui, mais uma vez, a cultura patriarcal de controlo sobre o comportamento da mulher.

### **1.2.2 - Crenças dos jovens face à violência conjugal**

As crenças favoráveis face à violência em relações de intimidade constituem um grande risco para a perpetração desta violência (Hong et al., 2010). No entanto, estas crenças nem sempre são perceptíveis e os jovens tendem a ver a violência como um comportamento instintivo e inato, o que os pode levar a perceberem o agressor como alguém sem controlo pelos seus atos de agressão, desculpabilizando as suas ações (Machado, 2010). Na verdade, os jovens ainda apresentam muitas crenças legitimadoras da violência nas relações de intimidade, principalmente no que toca à pequena violência (e.g., insultar, difamar), talvez por reconhecerem que atualmente a violência mais grave (e.g., agressões físicas) é socialmente reprovável (Machado et al., 2010). Esta aceitação da pequena violência torna os jovens incapazes de interpretar determinados atos como agressivos, banalizando certos comportamentos violentos e vendo-os como a normalidade da relação (Towns & Adams, 2016), existindo ainda a crença de que a violência psicológica não só não constitui um abuso relacional, como também é muito menos prejudicial para as vítimas (Minto et al., 2020). De facto, muitos dos atos agressivos são confundidos, pelos jovens, com manifestações de amor, uma vez que se associa o ciúme ao amar o outro e não à necessidade de posse sobre o outro (Johnson et al., 2005). Esta romantização do ciúme e dos comportamentos que dele provêm leva a que tanto o agressor como a vítima desculpabilizem atos possessivos e agressivos e até que os vejam como algo positivo e desejável na relação (Mendes, 2009; Minto et al., 2020). No entanto, as crenças que surgem com maior força nesta idade são crenças de concordância com os ideais culturais tradicionais, onde os comportamentos abusivos são justificáveis tendo em conta a conduta da mulher, isto é, o comportamento do agressor pode ser visto de forma legítima no contexto de determinada conduta da companheira (Tsai et al., 2017; Ventura et al., 2013). Mais especificamente, alguns jovens acham que a culpa da agressão recai totalmente sobre a vítima por esta provocar o abuso ou confiar no agressor ou, ainda, porque esta aceita o abuso (Machado, 2010; Ribeiro & Sani, 2008). Mesmo quando os jovens não projetam a culpa na mulher, tendem a justificar os atos do homem achando que a violência pode ocorrer devido a fatores externos ao agressor, sendo dois destes o abuso do álcool e as perturbações mentais (Mendes, 2009; Ribeiro & Sani, 2008). Neste sentido, jovens que acreditam em crenças tradicionais patriarcais perspetivam o homem como tendo uma posição de dominância, o que pode justificar o uso de violência contra mulheres

(Lichter & McCloskey, 2004) e ainda que a privacidade familiar é muito importante, sendo por isso a violência doméstica uma questão privada da família e não uma situação na qual os outros se devem envolver (Neves & Almeida, 2019; Ventura et al., 2013).

Na verdade, segundo indica Ventura et al. (2013), apesar de nem todos os jovens concordarem com as crenças de legitimação da violência em relações de intimidade, existem ainda alguns que se demonstram indiferentes ao seu uso. Esta indiferença não deve ser compreendida de forma positiva, uma vez que pode demonstrar banalização e consequente validação da violência.

Concluindo, os indivíduos do sexo masculino apresentam maior tolerância e aceitação da violência em relações de intimidade e são quem apresenta crenças mais errôneas sobre a violência interpessoal (Machado et al., 2010; Neves & Almeida, 2019).

### **1.3- Percepção do conflito interparental e crenças sobre a violência**

Se as crenças positivas face à violência nas relações de intimidade levam à aceitação da violência e consequente perpetração da mesma, será importante compreender se a percepção que os jovens fazem face ao conflito familiar poderá dar origem à construção de crenças que justifiquem o recurso à violência nas relações de proximidade e intimidade dos jovens.

De modo geral, a exposição à violência familiar propicia o desenvolvimento de crenças positivas e errôneas face à violência interpessoal, especificamente a violência em relações de intimidade (Fakunmoju & Rasool, 2018; Mueller et al., 2013). Contudo, a ligação entre o conflito familiar e as crenças face à violência não pode ser vista de forma linear, uma vez que o comportamento das pessoas é influenciado pelas suas características individuais e experiências com o ambiente que as rodeiam, que por sua vez influenciam a forma como cada um percebe o conflito interparental (Grych & Fincham, 1990).

Dado que as capacidades de resolução de conflitos são aprendidas através da observação e intervenção na resolução de conflitos no meio familiar (Feldman et al., 2010, cit. in Boas et al., 2010), os jovens expostos à violência apresentam maior presença de crenças justificadoras do recurso à violência em relações de intimidade como método de resolução de conflitos e, deste modo, parecem banalizar a violência e aceitá-la como uma boa estratégia para a resolução de problemas (Lichter & McCloskey, 2004). Na realidade, se o jovem perceber a violência como uma resposta apropriada para a correção de um comportamento ou atitude do outro, este sente níveis

mais baixos de *distress* quando exposto ao conflito e passa a crer que a agressividade é aceitável nas relações de intimidade (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Fosco et al., 2007). Para mais, a perceção do jovem pode influenciar toda a forma como observa cada elemento do conflito, isto é, se o jovem percecionar o agressor como triunfante, então pode percecionar a vítima como causa do conflito, justificando o uso da violência através da crença de que a culpa recaí sobre a vítima ou, em certos casos, justificando a violência ao percecionar o seu uso devido à necessidade de autodefesa (Fosco et al., 2007). A própria perceção do conflito como tendo origem em causas externas ao agressor pode influenciar o jovem a aceitar a violência como algo imutável e como justificável graças à falta de capacidade de controlo do agressor (DeBoard-Lucas & Grych, 2011). De modo geral, as Propriedades do conflito criam nos jovens expectativas face às relações amorosas (Mota, 2010).

## Capítulo II – Estudo Empírico

### 2.1 – Apresentação do Estudo

A investigação está integrada num estudo mais abrangente sobre a violência, o *Projeto Violência 360º - Abordagem clínica, familiar, social e comunitária da violência interpessoal em diferentes populações*. Neste projeto participam docentes do Departamento de Psicologia e Educação da Universidade da Beira Interior e alunos/as do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde do mesmo departamento.

O presente estudo surgiu com o intuito de aprofundar o conhecimento acerca da perceção dos jovens adultos face ao conflito interparental, assim como das suas crenças face à violência conjugal. Esta investigação é de natureza correlacional, uma vez que permite estudar qual a associação e a relação entre as variáveis (Coutinho, 2008). Deste modo, os principais objetivos de estudo são os seguintes:

- i) Caracterizar as crenças sobre violência junto dos jovens universitários portugueses.
- ii) Analisar as diferenças a nível das crenças sobre violência (Legitimação e banalização da pequena violência; Legitimação da violência pela conduta da mulher; Legitimação da violência por causas externas; Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar) entre jovens universitários do sexo feminino e masculino.
- iii) Avaliar a relação entre a perceção do conflito interparental e as crenças de aceitação e banalização da violência conjugal em estudantes universitários.

Com base na revisão de literatura realizada, apresentam-se as seguintes hipóteses de estudo:

*Hipótese 1:* Os jovens do sexo masculino têm maior prevalência de crenças de aceitação e banalização da violência conjugal do que as jovens do sexo feminino.

*Hipótese 2:* A perceção de conflito interparental prediz positivamente as crenças de aceitação e banalização da violência conjugal.

### 2.2 – Método

#### 2.2.1 – Participantes

Para a realização do estudo, participaram 398 estudantes da Universidade da Beira Interior, do Instituto Politécnico da Guarda e do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Os estudantes têm idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, com uma

média de 20.39 ( $DP= 1.85$ ). Dos 398 participantes, 235 são mulheres (59.0%) e 163 são homens (41.0%). Relativamente à situação relacional que mantinham no momento, 48.5% não se encontrava num relacionamento e, dos 51.5% restantes, a maioria encontrava-se num namoro sem coabitação (75.8%). Os participantes foram ainda questionados quanto à possibilidade de estarem a ser acompanhados psicologicamente, sendo que 95.5% dos participantes afirmou que não. A Tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfica dos participantes.

**Tabela 1**

*Caracterização dos Participantes*

		N	(%)
Sexo	Masculino	163	41.0%
	Feminino	235	59.0%
Idade	18-21	291	73.0%
	22-25	107	26.9%
Tem neste momento um relacionamento íntimo?	Não	193	48.5%
	Sim	205	51.5%
Natureza da relação	Sem compromisso	27	13.3%
	Namoro sem viverem juntos	156	75.8%
	Namoro a viver juntos	17	8.4%
	Casamento	5	2.5%
Tem algum tipo de acompanhamento psicológico	Não	380	95.5%
	Sim	18	4.5%

### **2.2.2 – Instrumentos**

No presente estudo recorreu-se a três instrumentos para a recolha de dados junto dos participantes: um Questionário Sociodemográfico, a Escala da Percepção de Conflito Interparental (CPIC) e a Escala das Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC).

#### **i. Questionário Sociodemográfico**

Este questionário é constituído por vários itens, que permitiram a recolha de informação referente a características pessoais, como a idade, o sexo, relacionamento atual e natureza da relação íntima, acompanhamento psicológico, entre outros.

#### **ii. Escala da Percepção de Conflito Interparental (CPIC)**

A CPIC - *Children's Perception of Interparental Conflict Scale* foi criada por John Grych, Michael Seid e Frank Fincham em 1992, e baseia-se no modelo cognitivo-



contextual de Grych e Fincham (1990), pretendendo, desse modo, avaliar a percepção das crianças quanto ao conflito interparental (Moura et al., 2010). Mais tarde, a CPIC foi adaptada por Moura et al. (2010) para adolescentes e adultos emergentes portugueses, através do estudo de duas amostras, uma com 346 adolescentes com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, e outra com 331 adultos emergentes, entre os 19 e os 25 anos. Mais recentemente, o estudo de Alves et al. (2020) também utilizou esta mesma escala num estudo com 520 estudantes do ensino superior e cujos resultados vieram reforçar as qualidades psicométricas da escala nesta população no contexto nacional.

A escala é constituída por 48 itens que se dividem pelas seguintes nove subescalas: Frequência (e.g., “Eu nunca vi os meus pais discutirem ou zangarem-se.”), Intensidade (e.g., “Quando os meus pais têm uma discussão dizem coisas desagradáveis um ao outro.”), Resolução (e.g., “Quando os meus pais têm uma discussão geralmente tentam resolvê-la.”), Percepção da Ameaça (e.g., “Eu fico assustado/a quando os meus pais discutem.”), Eficácia do *Coping* (e.g., “Eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões.”), Conteúdo (e.g., “Os meus pais discutem frequentemente sobre as coisas que eu faço na escola.”), Culpa (e.g., “Eu não me sinto culpado/a pelo facto de os meus pais discutirem.”), Triangulação (e.g., “Eu sinto que estou no centro das discussões dos meus pais.”), Estabilidade (e.g., “Os meus pais têm conflitos porque não são felizes juntos.”). Cada subescala pode, ainda, ser agrupada nas seguintes três dimensões: Propriedades do Conflito (Frequência, Intensidade, Resolução), Ameaça (Percepção de ameaça, Eficácia) e Culpa (Conteúdo, Culpa), sendo que as subescalas de Triangulação e Estabilidade constituem escalas independentes e que não se agrupam nas três dimensões anteriormente referidas (Moura et al., 2010). Cada item deve ser respondido numa escala do tipo *Likert* com seis possibilidades de resposta entre o “1=Discordo totalmente” e o “6=Concordo totalmente”.

No presente estudo, foi avaliada a consistência interna do instrumento, tendo sido obtidos os seguintes valores de alfa de Cronbach para as três dimensões utilizadas: .92 para a dimensão Propriedades do Conflito, .82 para a dimensão Ameaça e .74 para a dimensão Culpa (Tabela 2).

**Tabela 2**

*Consistência interna da Escala de Percepção do Conflito Interparental*

Subescalas	Número de itens	Alfa de Cronbach
Propriedades do conflito	19	.92
Ameaça	12	.82
Culpa	9	.74

### **iii. Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC)**

A construção da ECVC teve início em 2000 e foi realizada por Machado et al. (2006), com o objetivo de avaliar na população portuguesa as crenças referentes à violência física e psicológica exercida em contexto conjugal. A sua versão original foi aplicada a uma amostra de 372 participantes e, a partir desta primeira análise, foi de novo administrada em 2004 a 2391 famílias (pai, mãe e filhos com idade inferior a 18 anos) do Norte do país, levando a uma versão final passível a ser administrada à população adulta em geral. A escala é constituída por um total de 25 itens, cujas respostas estão organizadas numa escala do tipo *Likert* de 5 pontos, desde o “1=Discordo totalmente” ao “5=Concordo totalmente”.

Os 25 itens da escala agrupam-se nos seguintes quatro fatores: Fator 1 - Legitimação e banalização da pequena violência, que mede a aceitação da pequena violência (e.g., bofetadas, insultos), Fator 2 - Legitimação da violência pela conduta da mulher, que se refere à justificabilidade da violência tendo em conta determinado comportamento da mulher que possa requerer castigo ou correção (e.g., má esposa, provocadora), Fator 3 - Legitimação da violência por causas externas, que ocorre pela justificação do uso da violência através de fatores não controláveis pelo agressor (e.g., abuso do álcool) e Fator 4 - Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar, que consiste na crença de que os problemas familiares devem ser mantidos dentro da mesma (e.g., sem interferência externa).

No presente estudo, foi utilizada a versão da escala de Oliveira (2016) que foi testada numa amostra de 442 estudantes do ensino superior português. Esta versão da escala agrupa os 25 itens nos quatro fatores do seguinte modo: o Fator 1 com 9 itens, o Fator 2 com 7 itens, o Fator 3 com 5 itens e o Fator 4 com 4 itens. Na análise da consistência interna das subescalas, realizada no âmbito deste trabalho de investigação, obtiveram-se os seguintes valores de alfa de Cronbach: 0.85 para o Fator 1 – Legitimação e banalização da pequena violência, .75 para o Fator 2 – Legitimação da violência pela conduta da mulher, .60 para o Fator 3 – Legitimação da violência por causas externas e .52 para o Fator 4 – Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar. Uma vez que, segundo DeVellis (1991), um alfa inferior a .60 não é aceitável, optou-se pela exclusão do item 1 pertencente ao Fator 4 (“O problema dos maus tratos dentro do casamento afeta uma pequena percentagem da população”), por ser aquele que, se excluído, mais aumentaria o valor de alfa (Anexo 1). Deste modo, o alfa de Cronbach atingiu o valor de .60 (Tabela 3).

**Tabela 3**

*Consistência interna da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal*

Subescalas	Número de itens	Alfa de Cronbach
Fator 1	9	.85
Fator 2	5	.75
Fator 3	4	.60
Fator 4	3	.60

### **2.2.3 – Procedimentos de recolha de dados**

Após uma revisão da literatura, decorreu a procura dos instrumentos adequados tendo em conta a informação recolhida no âmbito da temática do projeto. Ao mesmo tempo que eram enviados os pedidos de autorização aos respetivos autores dos instrumentos, deu-se também início à criação do questionário sociodemográfico e do consentimento informado. De seguida, foram contactados os representantes das três instituições onde foram recolhidos os dados, a Universidade da Beira Interior, o Instituto Politécnico da Guarda e o Instituto Politécnico de Castelo Branco. Posteriormente, foi agendado o horário para a recolha de dados, tendo sido igualmente contactados os docentes dessas instituições, permitindo, deste modo, a administração dos questionários individuais de modo presencial em papel e em contexto de sala de aula. Para facilitar a recolha e análise dos dados, foi criado um protocolo onde se incluíram a declaração do consentimento informado, acompanhada da descrição sucinta do estudo, o questionário sociodemográfico e restantes instrumentos, tendo sido apresentado como tempo previsto de resposta 30 minutos. A recolha dos dados utilizados neste estudo foi realizada nos anos letivos de 2015/16 e 2016/17.

O estudo foi realizado de acordo com a Declaração de Helsínquia sobre investigação com participantes humanos.

## **2.3 – Resultados**

### **2.3.1 – Caracterização das crenças sobre violência nos jovens universitários**

De acordo com a Tabela 4, tendo em conta a prevalência das crenças sobre a violência nos jovens universitários portugueses, pode observar-se que o Fator 3 – *Legitimação da violência por causas externas* apresenta uma média superior aos fatores restantes, 1.87 ( $DP=0.55$ ), seguido do Fator 4 – *Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar* com uma média de 1.63 ( $DP=0.61$ ) e do Fator 2 – *Legitimação da violência pela conduta da mulher* com média de 1.56 ( $DP=0.52$ ). Por

fim, surge então com menor prevalência o Fator 1 – *Legitimação e banalização da pequena violência*, 1.49 ( $DP=0.5$ ).

**Tabela 4**

*Prevalência de crenças nos jovens universitários*

	<i>M</i>	<i>DP</i>
Fator 1	1.49	0.50
Fator 2	1.56	0.52
Fator 3	1.87	0.55
Fator 4	1.63	0.61

### **2.3.2 – Prevalência das crenças sobre a violência em função do sexo**

Avaliando possíveis diferenças entre os participantes do sexo masculino e feminino, a análise da Tabela 5 permite observar que existem diferenças significativa relativamente às quatro dimensões das crenças de legitimação da violência conjugal entre os jovens dos dois sexos, apresentando os jovens do sexo masculino maior prevalência de crenças sobre violência comparativamente às jovens do sexo feminino.

**Tabela 5**

*Crenças sobre a violência conjugal: Teste-t em função do sexo*

	Sexo masculino	Sexo feminino	
	<i>M(DP)</i>		Teste-t
Fator 1	1.65(0.56)	1.38(0.42)	$t(283) = 5.25; p < .001$
Fator 2	1.73(0.59)	1.44(0.42)	$t(275) = 5.27; p < .001$
Fator 3	2.03(0.61)	1.76(0.48)	$t(293) = 4.69; p < .001$
Fator 4	1.80(0.68)	1.52(0.53)	$t(289) = 4.35; p < .001$

### **2.3.3 – Relação entre a percepção do conflito interpaparental e crenças sobre a violência**

Para compreender qual a relação entre a percepção de conflito interpaparental e as crenças sobre a violência, foi inicialmente realizada uma análise do coeficiente de correlação de Pearson entre todas as variáveis de estudo (Tabela 6). De modo geral, as variáveis correlacionam-se positivamente, indicando que quanto maior é a pontuação

**Percepção de conflito familiar e crenças sobre a violência em jovens estudantes do ensino superior**

nos domínios do CPIC, maior é a existência de crenças sobre a violência, e vice-versa. O valor mais elevado da correlação entre as duas escalas,  $r = .13$ ,  $p < .01$ , ocorre entre o domínio Ameaça da CPIC e as subescalas Legitimação e banalização da pequena violência e *Legitimação da violência por causas externas*. Por outro lado, a subescala Culpa não apresenta uma correlação significativa com a subescala *Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar*.

Apenas a subescala *Propriedades do conflito* não apresenta uma correlação significativa com nenhum dos fatores da ECVC.

**Tabela 6**

*Matriz de Correlações de Pearson entre a ECVC e a CPIC (N = 398)*

<b>Variáveis</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
1. LBPV	-						
2. LVCM	.66**	-					
3. LVCE	.40**	.43**	-				
4. LVPPF	.68**	.55**	.50**	-			
5. Propriedades do Conflito	.09	.08	.09	.03	-		
6. Ameaça	.13**	.11*	.13**	.10*	.64**	-	
7. Culpa	.12*	.10*	.13*	.08	.33**	.28**	-
<i>M</i>	1.49	1.56	1.87	1.63	2.79	2.87	2.1
<i>DP</i>	.50	.52	.55	.61	.90	.84	.74

*Notas.* LBPV=Legitimação e banalização da pequena violência; LVCM=Legitimação da violência pela conduta da mulher; LVCE=Legitimação da violência por causas externas; LVPPF=Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar. \* $p < .05$ . \*\* $p < .01$

Para avaliar a associação entre a percepção do conflito interparental e as crenças face à violência conjugal, recorreu-se ao cálculo de quatro modelos de regressão hierárquica múltipla. Como indica a literatura e os resultados obtidos no presente estudo, existe uma diferença significativa entre o sexo masculino e o feminino referente à presença de crenças favoráveis à violência em relações de intimidade. Foi, por isso, considerado importante controlar a variável sexo na análise da relação entre a percepção do conflito interparental e as crenças sobre a violência conjugal. Sendo a variável sexo uma variável categorial, para poder ser incluída como covariável nos modelos de regressão calculados, foi transformada numa variável *dummy*, que assume o valor 0 em caso de sexo masculino e 1 em caso de sexo feminino. Em todos os modelos de regressão múltipla hierárquica (Tabelas 7 a 10), onde, no primeiro passo, foi considerada, como covariável, o sexo dos participantes, foi possível constatar que do passo 1 para o passo 2, os respetivos aumentos de  $R^2$  foram significativos.

**i. Modelo de regressão da percepção de conflito interparental como preditor do Fator 1 - Legitimação e banalização da pequena violência**

De modo a compreender de que forma a percepção que os jovens fazem sobre o conflito interparental pode prever a crença de legitimação e banalização da pequena violência, são apresentados na Tabela 7 os resultados da regressão múltipla hierárquica. Os resultados do passo 2 indicam que a percepção do conflito interparental explica 10% da variância da crença de legitimação e banalização da pequena violência,  $F(4.393) = 10.87, p < .001$ , comprovando-se assim existir um efeito preditor positivo. De entre os três domínios da CPIC, apenas a dimensão de Ameaça prediz significativa e positivamente a crença de legitimação e banalização da pequena violência ( $\beta = .14; t = 2.19; p < .05$ ).

**Tabela 7**

*Regressão Múltipla Hierárquica: Percepção do conflito parental como preditor da crença de legitimação e banalização da pequena violência*

	<b>B</b>	<b>EP B</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>t</b>	<b>R<sup>2</sup></b>	<b>F</b>
<b>Passo 1.</b>					.07	30.57**
Sexo (covariável)	-.27	.05	-.27	-5.53**		
<b>Passo 2.</b>					.10	10.87**
Covariável	-.28	.05	-.27	-5.70**		
Propriedades do conflito	-.01	.04	-.02	-.35		
Ameaça	.08	.04	.14	2.19*		
Culpa	.06	.04	.09	1.68		
<b><math>\Delta R^2</math></b>					.03	
<b><math>\Delta F</math></b>					4.07*	

\* $p < .05$ . \*\*  $p < .001$

**ii. Modelo de regressão da percepção de conflito interparental como preditor do Fator 2 - Legitimação da violência pela conduta da mulher**

Quanto à forma como a percepção do conflito interparental prediz a crença de legitimação da violência pela conduta da mulher, apresenta-se de seguida os resultados de uma nova análise de regressão hierárquica múltipla, onde foi controlada a covariável sexo (Tabela 8).

**Percepção de conflito familiar e crenças sobre a violência em jovens estudantes do ensino superior**

Os resultados do passo 2 indicam-nos que a percepção do conflito interparental explica 9% da variância da crença de legitimação da violência pela conduta da mulher,  $F(4.393) = 10.16$ ,  $p < .001$ , tendo sido observado um efeito preditor positivo. Mais uma vez, de entre os três domínios da CPIC, a Ameaça foi a única a predizer significativamente esta crença ( $\beta = .13$ ;  $t = 1.99$ ;  $p < .05$ ).

**Tabela 8**

*Regressão Múltipla Hierárquica: Percepção do conflito parental como preditor da crença de legitimação da violência pela conduta da mulher*

	<b>B</b>	<b>EPB</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>t</b>	<b>R<sup>2</sup></b>	<b>F</b>
<b>Passo 1.</b>					.07	31.16**
Sexo (covariável)	-.28	.05	-.27	-5.58**		
<b>Passo 2.</b>					.09	10.16**
Covariável	-.29	.05	-.28	-5.72**		
Propriedades do conflito	-.01	.04	-.02	-.36		
Ameaça	.08	.04	.13	1.99*		
Culpa	.05	.04	.07	1.34		
<b><math>\Delta R^2</math></b>					.02	
<b><math>\Delta F</math></b>					3.01*	

\* $p < .05$ . \*\*  $p < .001$

**iii. Modelo de regressão da percepção de conflito interparental como preditor do Fator 3 - Legitimação da violência por causas externas**

Relativamente à relação entre a percepção do conflito interparental e a crença de legitimação da violência por causas externas (Tabela 9), segundo indica o passo 2, a percepção do conflito interparental explica 9% da variância desta variável critério,  $F(4.393) = 9.22$ ,  $p < .001$ , ou seja, existe um efeito preditor positivo. De entre os três domínios da CPIC, apenas a Ameaça prediz de modo estatisticamente significativo ( $\beta = .14$ ;  $t = 2.20$ ;  $p < .05$ )

**Tabela 9**

*Regressão Múltipla Hierárquica: Percepção do conflito parental como preditor da crença de legitimação da violência por causas externas*

	<b>B</b>	<b>EP B</b>	<b>β</b>	<b>t</b>	<b>R<sup>2</sup></b>	<b>F</b>
<b><u>Passo 1.</u></b>					.06	24.01**
Sexo (covariável)	-.27	.06	-.24	-4.90**		
<b><u>Passo 2.</u></b>					.09	9.22**
Covariável	-.27	.05	-.25	-5.06**		
Propriedades do conflito	-.02	.04	-.03	-.44		
Ameaça	.09	.04	.14	2.20*		
Culpa	.07	.04	.09	1.77		
<b><u>ΔR<sup>2</sup></u></b>					.03	
<b><u>ΔF</u></b>					4.11*	

\* $p < .05$ . \*\*  $p < .001$

**iv. Modelo de regressão da percepção de conflito interparental como preditor do Fator 4 - Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar**

Por fim, para avaliar a associação entre a percepção do conflito interparental e a crença de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (Tabela 10), pela análise do passo 2, observa-se que a percepção do conflito interparental tem um efeito preditor positivo e explica 7% da variância desta crença,  $F(4,393) = 7.32, p < .001$ . De novo, só o domínio da Ameaça prediz significativa e positivamente a crença de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar ( $\beta = .16; t = 2.53; p < .05$ ).



**Tabela 10**

*Regressão Múltipla Hierárquica: Percepção do conflito parental como preditor da crença de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar*

	<b>B</b>	<b>EP B</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>t</b>	<b>R<sup>2</sup></b>	<b>F</b>
<b><u>Passo 1.</u></b>					.05	20.74**
Sexo (covariável)	-.28	.06	-.22	-4.55**		
<b><u>Passo 2.</u></b>					.07	7.32**
Covariável	-.29	.06	-.23	-4.73**		
Propriedades do conflito	-.06	.04	-.09	-1.41		
Ameaça	.12	.05	.16	2.53*		
Culpa	.04	.04	.05	.97		
<b><u><math>\Delta R^2</math></u></b>					.02	
<b><u><math>\Delta F</math></u></b>					2.75*	

\* $p < .05$ . \*\*  $p < .001$

## Capítulo III - Discussão

O objetivo deste estudo foi analisar a relação entre a perceção de conflito interparental e as crenças sobre a violência conjugal junto de jovens universitários. De modo geral, pôde-se comprovar que os resultados apoiam ambas as hipóteses de investigação proposta.

O primeiro objetivo apresentado passou pela caracterização das crenças sobre a violência junto dos jovens universitários, podendo concluir-se que a crença mais prevalente junto desta população é a legitimação da violência por causas externas. Estes resultados surgem contra o esperado, dado que a literatura sugere existir, de entre as quatro crenças, uma maior relevância da crença de que a violência pode ser legítima e justificável pelos comportamentos da mulher (Tsai et al., 2017). Não apenas de modo geral, também na população portuguesa, segundo indica Neves e Almeida (2019), existe uma maior presença da justificação do uso da violência em relações de intimidade com recurso à conduta da mulher, em comparação com as restantes. Poder-se-á sugerir que o novo movimento feminista, que tem vindo a ganhar forma e força ao longo dos últimos anos, pode estar a contrariar a discriminação de género contra as mulheres. No entanto, o facto de que os jovens tendem a perceber que a violência inter-relacional pode ser justificada através de causas externas ao agressor vai ao encontro da ideia de Machado (2010) que sugere que os jovens tendem a ver a violência como um comportamento inato e instintivo, fora do controlo do ator e, desta forma, desculpável.

O segundo objetivo, subjacente ao teste da Hipótese 1, procurou analisar as diferenças entre os jovens dos dois sexos relativamente à presença de crenças sobre a violência conjugal. Os resultados permitem concluir que os alunos universitários do sexo masculino apresentam maior prevalência de todas as crenças sobre violência conjugal do que as estudantes do sexo feminino, sendo que a crença mais prevalente em ambos os sexos é a crença de que a violência pode ser justificada tendo em conta causas externas ao agressor. Os resultados suportam a Hipótese 1 e corroboram os resultados apresentados por Neves e Almeida (2019), cujo estudo concluiu que homens portugueses apresentam uma maior presença de todas as crenças favoráveis à violência conjugal, em comparação com as mulheres.

De seguida, passando à análise do terceiro objetivo, a Hipótese 2 foi apoiada pelos resultados, dado que, de modo geral, quanto maior a perceção de conflito interparental, maior é a presença de crenças favoráveis à violência conjugal. Estes resultados são concordantes com os obtidos por Han et al. (2017), que referem que o

conflito interparental contribui para a normalização, aceitação e banalização da violência em relações de intimidade.

Segundo a análise das regressões múltiplas realizadas, as três dimensões de percepção de conflito interparental predizem positivamente as crenças de aceitação e banalização da violência conjugal. Em particular, a Ameaça surge como o único domínio da percepção do conflito parental a predizer significativamente as crenças sobre a violência conjugal. De modo geral, sabe-se que o impacto do conflito interparental é ampliado quando o jovem o percebe como uma ameaça para si e para os seus pais (Grych & Fincham, 1990). Para além disto, pode avaliar-se a ameaça de várias formas. Primeiramente, havendo conhecimento de que a percepção de ameaça tem um impacto no desenvolvimento social, emocional e relacional nos jovens (Fosco et al., 2007), pode-se concluir que níveis elevados de percepção de ameaça podem distorcer o modo como o jovem crê e interpreta as relações interpessoais, permitindo a criação de crenças que justifiquem o uso de violência nas relações de intimidade. Por outro lado, a percepção de ameaça pode levar a que os jovens usem as crenças sobre violência conjugal para aceitar e lidar com uma eventual situação de ofensa, tanto na relação interparental como nas relações de intimidade do próprio. Segundo refere Ventura et al. (2013), mulheres em situação de abuso tendem a recorrer às crenças mais conservadoras sobre os papéis de género para desculpabilizar o abuso de que são vítimas e para conseguir lidar com a relação abusiva. Deste modo, pode considerar-se que os jovens que percebem o comportamento de um dos pais para com o outro como abusivo, durante o conflito interparental, podem justificar este abuso através de qualquer uma das crenças favoráveis à violência conjugal, de modo a apaziguar os níveis de stress causados pela ameaça percebida.

No que toca à associação entre a percepção de ameaça e a crença de legitimação e banalização da pequena violência, é ainda importante salientar que os jovens poderão tender a interpretar comportamentos associados à pequena violência como não sendo uma ameaça nas relações (Mosmann & Falcke, 2011). Assim, os jovens tendem a considerar erroneamente a violência que não envolva abuso físico grave como algo que não é prejudicial para as vítimas (Minto et al., 2020), levando a que comportamentos de pequena violência, como difamação e insultos, possam não ser vistos como uma forma de violência. Em suma, a percepção de ameaça no contexto do conflito interparental pode favorecer a desvalorização de comportamentos que, ainda que abusivos, podem não sejam vistos como uma ameaça ao próprio ou aos outros.

Tal como os resultados indicam, a frequência, intensidade e forma de resolução do conflito (i.e., as propriedades do conflito) não se correlacionam nem predizem as crenças sobre a violência conjugal. Estes resultados contrariam o que é sugerido pela

literatura, uma vez que é esperado que as essas propriedades do conflito possam criar expectativas nos jovens face às relações amorosas (Mota, 2010). Ou seja, é expectável que altos níveis neste domínio pudessem levar à normalização das crenças aprendidas no contexto familiar e sua consequente reprodução no contexto das relações amorosas dos jovens. Poderia, assim, supor-se que observando com frequência um conflito destrutivo entre os pais, os jovens passassem a acreditar que essa forma de lidar com as adversidades no contexto relacional é correta e comum a todas as relações amorosas. Contudo, o facto de a frequência, intensidade e forma de resolução do conflito não predizerem significativamente nenhuma das quatro crenças estudadas pode ser devido ao facto de que, ao percecionarem o conflito interparental como nocivo, os jovens poderão conseguir contrariar o processo de normalização e generalização das crenças, descrito anteriormente, e avaliar o conflito como algo condenável numa interação relacional, lutando por não acreditar e reproduzir o comportamento parental nas suas próprias relações de intimidade (Fosco et al., 2007).

Sani e Gonçalves (2007) pressupõem que, embora seja verdade que a percepção de conflito possa contribuir para o desenvolvimento de crenças erróneas, esta está muito dependente de fatores pessoais e educacionais, sendo que nem todos os jovens expostos a essas experiências apresentam crenças distorcidas. Se os jovens percecionarem o conflito interparental agressivo como uma forma de causar dano ao outro, podem esforçar-se por evitá-lo nas suas próprias relações de intimidade (Fosco et al., 2007). Deste modo, crianças e jovens expostos à violência familiar podem criar uma percepção que lhes permite distinguir o que está certo e errado no que toca à violência, isto é, podem ser capazes mais facilmente de reconhecer comportamentos abusivos, em comparação com crianças e jovens que não foram expostos à violência durante a sua infância e desenvolvimento (Sani, 2003).

De modo geral, o facto de o poder preditivo da percepção do conflito interparental sobre as crenças da violência conjugal se encontrar apenas entre 7 a 10%, pode ser explicado, em parte, pelo facto de a população estudada ser constituída por jovens universitários. Como já referido, na fase da adolescência ocorre um afastamento dos jovens das suas famílias, verificando-se um maior impacto dos pares e da cultura social, nesta fase do ciclo vital, relativamente aos ideias e costumes familiares (Martinez & Khalil, 2017). Assim sendo, é expectável que a formação e reforço das crenças dos jovens universitários possa ser mais influenciada pelo que é aceite socialmente, ao invés do que possa ter sido aprendido no meio familiar.

Compreende-se, então, que não só a mera exposição ao conflito interparental poderá ter influência sobre o desenvolvimento de crenças sobre a violência doméstica (Whitton et al., 2008), como também, tal como o presente estudo sugere, a percepção

**Percepção de conflito familiar e crenças sobre a violência em jovens estudantes do ensino superior**

que os jovens fazem do conflito interparental tem impacto sobre as crenças de violência nas relações de intimidade.

## Capítulo IV – Contributos e Limitações

### 4.1 – Limitações e sugestões para futuras investigações

Inevitavelmente, este estudo apresenta algumas limitações. Primeiramente, realça-se o facto de a temática explorada ser bastante sensível e subjetiva. Os participantes poderão, por vezes, não se ter sentido confortáveis na resposta às questões podendo, nem sempre, ter conseguido responder com honestidade sobre a situação familiar e a aceitação de determinados comportamentos que sabem ser errados perante a condenação generalizada da violência, ideia esta amplamente difundida hoje em dia através de campanhas de combate à violência doméstica e no namoro. Em segundo lugar, surge o facto de a amostra consistir apenas em estudantes universitários, o que limita a generalização dos resultados para uma faixa etária superior ou para pessoas com um menor nível de escolaridade. Por fim, realça-se o facto de a recolha de dados sobre a perceção do conflito parental poder ser retrospectiva, não tendo sido especificado qual o momento temporal a que os participantes deveriam recorrer para responder à escala, levando à assunção de que possam ter respondido com base na situação atual. O presente estudo também não diferenciou entre participantes que vivem ainda com os pais, dos jovens que vivem a maior parte do tempo longe do meio familiar.

Estudos futuros poderão analisar a influência de outras variáveis, entre elas a idade. Tal como observado por Fakunmoju e Rasool (2018), a influência cultural tem um grande impacto sobre as crenças de violência conjugal, pelo que seria relevante perceber se nos adolescentes e jovens mais novos, que ainda não passaram pela reconstrução e reforço social das suas crenças, existe uma maior associação entre a perceção do conflito parental e as crenças sobre violência conjugal, comparativamente aos jovens universitários ou jovens adultos.

### 4.2 – Implicações e conclusões

A violência em relações de intimidade é uma problemática muito presente nos dias de hoje e, por isso, a investigação científica constitui uma mais-valia para combater a desigualdade de poder que penaliza as populações mais vulneráveis. Por isso, esta investigação teve por objetivo contribuir para o desenvolvimento desta temática. Em particular, o estudo procurou compreender de que modo os jovens que se confrontam com a situação de conflito familiar poderão ter maior probabilidade de formar crenças que possam legitimar a violência nas relações íntimas. E, os resultados

obtidos pelo estudo comprovam, de facto, a existência de uma relação entre a percepção do conflito interparental e as crenças sobre a violência conjugal.

O estudo tem, assim, implicações importantes para avaliação e intervenção psicológica junto de jovens adultos, reforçando a importância de fazer uma análise da história do conflito familiar. Uma vez que a percepção do conflito interparental tem impacto em todo o desenvolvimento da criança (e.g., Lin et al., 2020), torna-se importante tentar compreender qual a sua presença na vida dos jovens, de modo a procurar diminuir o respetivo impacto emocional e reestruturar as suas crenças no sentido de reavaliarem o conflito existente entre os pais, de forma a contrariarem a transmissão intergeracional da violência.

## Referências Bibliográficas

- Alves, M., Cunha, A., Carvalho, P., & Loureiro, M. (2020). Perceived Interparental Conflict and Depressive Symptomatology in Emerging Adults: The Mediating Role of Aggressive Attitudes. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma*, 29(1), 73–91. <https://doi.org/10.1080/10926771.2019.1572400>
- Anderson, C., & Bushman, B. (2002). Human Aggression. *Annual Review of Psychology*, 53, 27-51. <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11752478>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2019). *Crimes de Violência Doméstica: Violência Filioparental 2013-2018*. [https://apav.pt/apav\\_v3/index.php/pt/estatisticas-apav](https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/estatisticas-apav)
- Benetti, S. (2006). Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 261–268. <https://doi.org/10.1590/s0102-79722006000200012>
- Boas, A., Dessen, M., & Melchiori, L. (2010). Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: Uma revisão teórica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 91–102. <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229016553009.pdf>
- Castilho, M. A. R. (2007). Los padres y los hijos : variables de riesgo. *Educación y Educadores*, 10(1), 27–37. <https://www.redalyc.org/pdf/834/83410104.pdf>
- Correia, F., & Mota, C. (2017). Papel do ambiente familiar no desenvolvimento de sintomatologia psicopatológica em jovens adultos. *Psicologia Clínica*, 29(2), 253–271. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652017000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652017000200007)
- Coutinho, C. (2008). Estudos correlacionais em educação: potencialidades e limitações. *Psicologia Educação e Cultura*, 12(1), 143–169. <http://hdl.handle.net/1822/8549>
- Crittenden, P., Partridge, M., & Claussen, A. (1991). Family patterns of relationship in normative and dysfunctional families. *Development and Psychopathology*, 3(4), 491–512. <https://doi.org/10.1017/S0954579400007653>
- DeBoard-Lucas, R. L., & Grych, J. H. (2011). Children’s Perceptions of Intimate Partner Violence: Causes, Consequences, and Coping. *Journal of Family Violence*, 26(3), 343–354. <https://doi.org/10.1007/s10896-011-9368-2>
- Delsol, C., & Margolin, G. (2004). The role of family-of-origin violence in men’s marital



- violence perpetration. *Clinical Psychology Review*, 24(1), 99–122.  
<https://doi.org/10.1016/j.cpr.2003.12.001>
- Dennison, R., Koerner, S., & Segrin, C. (2014). A dyadic examination of family-of-origin influence on newlyweds' marital satisfaction. *Journal of Family Psychology*, 28(3), 429–435. <https://doi.org/10.1037/a0036807>
- DeVellis, R. F. (1991). *Scale development: Theory and Application* (4th ed.). SAGE Publications.
- Direção Geral de Saúde. (2016). *Violência interpessoal: Abordagem, diagnóstico e intervenção nos serviços de saúde*. [https://www.dgs.pt/accao-de-saude-para-criancas-e-jovens-em-risco/ficheiros-externos/violencia\\_interpessoal-pdf.aspx](https://www.dgs.pt/accao-de-saude-para-criancas-e-jovens-em-risco/ficheiros-externos/violencia_interpessoal-pdf.aspx)
- Dim, E. E., & Elabor-Idemudia, P. (2018). Prevalence and Predictors of Psychological Violence Against Male Victims in Intimate Relationships in Canada. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma*, 27(8), 846–866.  
<https://doi.org/10.1080/10926771.2017.1382638>
- Eagly, A. H., Wood, W., & Diekmann, A. B. (2000). Social role theory of sex differences and similarities: A current appraisal. In Eckes, T. & Trautner, H. M., *The developmental social psychology of gender* (1st ed., pp. 123–174). Erlbaum.
- Fakunmoju, S., & Rasool, S. (2018). Exposure to Violence and Beliefs About Violence Against Women Among Adolescents in Nigeria and South Africa. *SAGE Open*, 8(4), 1-17. <https://doi.org/10.1177/2158244018817591>
- Figueiredo, B. (1998). Maus tratos à criança e ao adolescente (II): Considerações a respeito do impacto desenvolvimental. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 3, 197–216. <http://hdl.handle.net/1822/41713>
- Fosco, G. M., Deboard, R. L., & Grych, J. H. (2007). Making Sense of Family Violence: Implications of Children's Appraisals of Interparental Aggression for Their Short- and Long-Term Functioning. *European Psychologists*, 12(1), 6–16.  
<https://doi.org/10.1027/1016-9040.12.1.6>
- Gerard, J., Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2006). Marital Conflict, Parent-Child Relations, and Youth Maladjustment: A Longitudinal Investigation of Spillover Effects. *Journal of Family Issues*, 27(7), 951–975. <http://doi.org/10.1177/0192513X05286020>
- Gover, A., Kaukinen, C., & Fox, K. (2008). The Relationship Between Violence in the Family of Origin and Dating Violence Among College Students. *Journal of*

- Interpersonal Violence*, 23(12), 1667-1693 <http://doi.org/10.1177/0886260508314330>
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital Conflict and Children's Adjustment: A Cognitive-Contextual Framework. *Psychological Bulletin*, 108(2), 267-290. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.108.2.267>
- Grych, J. H., Seid, M., & Fincham, F. D. (1992). Assessing Marital Conflict from the Child's Perspective: The Children's Perception of Interparental Conflict Scale. *Child Development*, 63, 558-572. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1992.tb01646.x>
- Han, Y., Jeong, G., & Kim, S.-J. (2017). Factors influencing beliefs about intimate partner violence among adults in South Korea. *Public Health Nursing*, 34(5), 412-421. <https://doi.org/10.1111/phn.12326>
- Hong, J. S., Kim, S. M., Yoshihama, M., & Byoun, S. J. (2010). Wife battering in South Korea: An ecological systems analysis. *Children and Youth Services Review*, 32(12), 1623-1630. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2010.07.024>
- Johnson, S., Frattaroli, S., Campbell, J., Wright, J., Pearson-fields, A., & Cheng, T. (2005). "I Know What Love Means." Gender-Based Violence in the Lives of Urban Adolescents. *Journal of Womens Health's*, 14(2), 172-180. <https://doi.org/10.1089/jwh.2005.14.172>
- Lennings, H., & Bussey, K. (2017). The mediating role of coping self-efficacy beliefs on the relationship between parental conflict and child psychological adjustment. *Social Development*, 26(4), 753-766. <https://doi.org/10.1111/sode.12241>
- Lichter, E., & McCloskey, L. (2004). The effects of childhood exposure to marital violence on adolescent gender-role beliefs and dating violence. *Psychology of Women Quarterly*, 28(4), 344-357. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2004.00151.x>
- Lin, H.-C., Yang, Y., Elliott, L., & Green, E. (2020). The Associations between Parental Conflict, Attachment Anxiety, and Somatic Symptoms in Adult Children Affected by Parental Separation. *Journal of Divorce and Remarriage*, 61(3), 168-185. <https://doi.org/10.1080/10502556.2019.1679594>
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. M. (2007). *Manual da escala de crenças sobre a violência conjugal (ECVC) e do inventário de violência conjugal (IVC)* (3ª ed.). Psiquilíbrios Editions.

- Machado, L. M. G. S. (2010). *Crenças e Representações Sociais dos Adolescentes sobre a Violência Interpessoal*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa] Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa.
- Machado, T., Macieira, I., & Carreiras, M. (2010). Violência nas relações de namoro: influência de crenças e área de formação. *Psicologia, Educação e Cultura*, 14(2), 355–372.  
[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/5272/1/2010\\_PEC\\_2.pdf#page=119](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/5272/1/2010_PEC_2.pdf#page=119)
- Martinez, P., & Khalil, H. (2017). Changing Values: Attitudes about Intimate Partner Violence in Immigrants and Natives in Five Western Countries. *Deviant Behavior*, 38(3), 241–253. <https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1196980>
- McCoy, K., Cummings, E. M., & Davies, P. (2009). Constructive and destructive marital conflict, emotional security and children's prosocial behavior. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 50(3), 270–279. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2008.01945.x>
- Mendes, E. (2009). *Crenças e Atitudes dos estudantes de Enfermagem, Engenharia e Psicologia acerca da violência doméstica*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada]. Repositório ISPA.
- Minto, K., Masser, B., & Louis, W. (2020). Identifying Nonphysical Intimate Partner Violence in Relationships: The Role of Beliefs and Schemas. *Journal of Interpersonal Violence*. <https://doi.org/10.1177/0886260520938505>
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 12(2), 5–16. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5493567>
- Mota, C., & Martins, C. (2018). Vinculação aos pais e relação amorosa: Papel mediador dos conflitos interparentais em jovens adultos. *Psicologia*, 32(1), 1–14. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v32i1.1225>
- Mota, M. (2010). *Percepções de jovens adultos relativamente ao conflito interparental: Implicações na construção de crenças acerca das relações amorosas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.
- Moura, O., Santos, R. A. dos, Rocha, M., & Matos, P. M. (2010). Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC): Factor Structure and Invariance Across

- Adolescents and Emerging Adults. *International Journal of Testing*, 10, 364–382.  
<https://doi.org/10.1080/15305058.2010.487964>
- Mueller, V., Jouriles, E., McDonald, R., & Rosenfield, D. (2013). Adolescent Beliefs About the Acceptability of Dating Violence: Does Violent Behavior Change Them? *Journal of Interpersonal Violence*, 28(2), 436–450.  
<https://doi.org/10.1177/0886260512454716>
- Nascimento, F. (2009). *Namoro e violência: Um estudo sobre amor, namoro e violência entre jovens de grupos populares e camadas médias*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. Attena Repositório Digital da UFPE.
- Neves, A., & Almeida, I. (2019). Beliefs about Intimate Partner Violence: Gender and Generation Effects. *Sciendo*. <https://doi.org/10.2478/9788395669682-005>
- Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Terapias feministas, intervenção psicológica e violências na intimidade: Uma leitura feminista crítica. *Psychologica*, 36, 15–32.  
<https://repositorio.ismai.pt/bitstream/10400.24/380/1/Neves-Nogueira2004Psychologica.pdf>
- Oliveira, M., & Sani, A. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista Da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 6, 162–170.  
<https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1325>
- Oliveira, S. R. C. (2016). *Violência no Namoro: Crenças sobre violência e Empowerment em Estudantes Universitários*. [Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior] uBibliorum, Repositório Digital da UBI
- Organização Mundial da Saúde. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: OMS. <https://www.who.int/eportuguese/publications/pt/>
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: Definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4(2), 165–184. <https://www.redalyc.org/pdf/362/36240201.pdf>
- Perry, A., & Fromuth, M. (2005). Courtship violence using couple data: Characteristics and perceptions. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(9), 1078–1095.  
<https://doi.org/10.1177/0886260505278106>
- Ribeiro, M., & Sani, A. (2008). *As crenças de adolescentes sobre a violência interpessoal*. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 5, 178–186.  
<http://hdl.handle.net/10284/909>

- Rodríguez, F., & Córdova, L. (2009). Violencia en la pareja: manifestaciones concretas y factores asociados. *Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología*, 18(2), 323-338. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12211826007>
- Sales-Oliveira, C., Villas-Boas, S., & Las-Heras, S. (2016). Estereótipos de género e sexismo em docentes do ensino superior. *Revista Iberoamericana de Educacion Superior*, 7(19), 22–41. <https://doi.org/10.22201/iisue.20072872e.2016.19.185>
- Sani, A. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental*. [Dissertação de Doutoramento não publicada]. Universidade Do Minho.
- Sani, A., & Gonçalves, R. (2007). As crenças e as percepções das crianças sobre a violência: Coceptualização de um estudo empírico. *Psychologica*, 44, 79–95. <https://www.academia.edu/2528279>
- Santos, L. dos, & Costa, L. (2004). Avaliação da dinâmica conjugal violenta e suas repercussões sobre os filhos. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6(1), 59–72. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v6n1/v6n1a05.pdf>
- Soares, L., & Sani, A. (2016). O impacto da exposição à violência interparental nas crianças: Variáveis mediadoras. *Revista de Psicologia Da Criança e Do Adolescente*, 7(1–2), 57–71. <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/2284>
- Towns, A., & Adams, P. (2016). “I Didn’t Know Whether I Was Right or Wrong or Just Bewildered”: Ambiguity, Responsibility, and Silencing Women’s Talk of Men’s Domestic Violence. *Violence Against Women*, 22(4), 496–520. <https://doi.org/10.1177/1077801215605918>
- Tsai, A., Kakuhikire, B., Perkins, J., Vořechovská, D., McDonough, A., Ogburn, E., Downey, J., & Bangsberg, D. (2017). Measuring personal beliefs and perceived norms about intimate partner violence: Population-based survey experiment in rural Uganda. *PLoS Medicine*, 14(5), 1–19. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1002303>
- Ventura, M., Frederico-Ferreira, M., & Magalhães, M. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, 11, 95–103. <https://doi.org/10.12707/riiii12120>
- Wekerle, C., & Wolfe, D. (1998). The role of child maltreatment and attachment style in adolescent relationship violence. *Development and Psychopathology*, 10(3), 571–

586. <https://doi.org/10.1017/S0954579498001758>

- Whitton, S., Waldinger, R., Schulz, M., Allen, J., Crowell, J., & Hauser, S. (2008). Prospective Associations From Family-of-Origin Interactions to Adult Marital Interactions and Relationship Adjustment. *Journal of Family Psychology*, 22(2), 274–286. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.2.274>
- Xuan, X., Chen, F., Yuan, C., Zhang, X., Luo, Y., Xue, Y., & Wang, Y. (2018). The relationship between parental conflict and preschool children's behavior problems: A moderated mediation model of parenting stress and child emotionality. *Children and Youth Services Review*, 95(5), 209–216. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.10.021>

## **Anexos**





## **Anexo 1**



## Análise da consistência interna

### Escala de Crenças sobre Violência Conjugal

#### *Consistência interna da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal*

<b>Subescalas</b>	<b>Número de itens</b>	<b>Alfa de Cronbach</b>
Fator 1	9	.85
Fator 2	5	.75
Fator 3	4	.60
Fator 4	4	.52